

Múltiplos e diferentes caminhos para ser negro e respeitado em Uberlândia (1983-2000)

Maria Clara Tomaz Machado*
Fernanda Ferreira Cardoso**

Resumo: Este artigo aborda diferentes caminhos percorridos por homens e mulheres negros em Uberlândia na disputa por espaços e reconhecimento social. Diferentes instrumentos são usados nessas formas de luta, motivadas por iguais processos de exclusão social. Para compreender como se tecem práticas políticas e culturais e suas possíveis interconexões escolhemos as narrativas orais e a imprensa local como fontes históricas privilegiadas nessa análise.

Palavras-chave: Movimento negro; Práticas culturais; Lutas sociais.

Abstract: This article focuses different ways that black men and women uses in order to dispute spaces and conquest social recognition in Uberlândia. Different apparatus are use in this kinds of strife, motivated for equal process of social exclusion. In order to understand how the cultural and politics practices and their possible connection are made in these ways, we choose the oral narratives and the local press as historical resources in this analysis.

Keywords: Black movement; Afro-Brazilian cultural practices; Social strifes.

Diferentes abordagens orientam hoje a discussão acerca das condições de vida de grande parte dos negros no Brasil. Estas apontam para a desigualdade econômica deste segmento social, denunciam a desvalorização social das práticas culturais afro-brasileiras, dentre outras perspectivas, diversas entre si e por vezes conflitantes. A temática está em pauta em diferentes espaços: universidades, agremiações do movimento negro e entidades afins, nas mídias impressa e televisa, nas pastas instituídas nos poderes públicos para elaboração de políticas voltadas à comunidade negra, dentre outros.

Essa parcela da sociedade representa cerca de cinquenta por cento dos grupos étnico-culturais¹ que compõe a população brasileira. Se é expressiva a porcentagem que representa o contingente de negros no país, também são significativas as taxas que demonstram o desemprego e grau de escolaridade desse grupo social², sinalizando para a discrepância em relação aos demais grupos.

E motivados principalmente por este contraste, experimentados pela maioria dos negros brasileiros, é que muitos deles têm se articulado em movimentos organizados ou fora deles em busca de uma transformação. Sabemos das diversas lutas travadas por estes sujeitos desde o período colonial brasileiro, no contexto do regime escravocrata, quando não se renderam ao poder instituído dos fazendeiros. Embora tivessem que ceder inúmeras vezes, visto a posição desigual que ocupavam nas relações sociais daquele tempo histórico, elaboraram diversas formas de resistência frente às condições de dominação que lhe eram impostas, como as fugas e formação de quilombos, abortos, agressão física aos seus senhores e outras maneiras de enfrentamento.

Nesse sentido, ao romperem com concepções historiográficas que vitimizam os escravos e assinalam uma suposta passividade destes sujeitos, ou mesmo com opções que idealizam as rupturas dos negros ao sistema em que viviam, tal como fossem heróis imaginados, João José Reis e Eduardo Silva argumentam que, na maioria das vezes, entre a conformidade e a revolta estava a via da negociação, o que não significa uma harmonia³ na relação entre senhor e escravo. Pelo contrário, indica a existência do conflito e que nem sempre ele é enfrentado pela violência, mesmo que esta tenha sido muito presente no Brasil colonial. Em tempos de império, as lutas políticas para emancipação e a conquista da cida-

* Doutora em História Social pela USP. Professora do Instituto de História na Universidade Federal de Uberlândia nos cursos de Graduação e Pós-graduação. E-mail: mclaratmachado@yahoo.com.br.

** Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia, Bolsista de Iniciação Científica (FAPEMIG/UFU). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular, Imagem e Som (POPULIS). E-mail: textoshistoricos@yahoo.com.br.

¹ Aqui, agrupo as classificações de cor ou raça utilizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – preta e parda – optando pelos termos negros ou afro-brasileiros em respeito ao sentido que estes carregam de lutas históricas por partes de movimentos negros e outros segmentos, embora esteja ciente do não consenso por parte de militantes e estudiosos dessa questão. E, segundo essa opção, no censo demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2000 cerca de 44,66% dos entrevistados se declararam negros. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_populacao.shtm. Acesso em 26/01/2007.

² De acordo com o censo do IBGE de 2000, de um total de 129.392.841 de brasileiros alfabetizados 73.499.592 são brancos e 53.930.844 negros e pardos. Em relação ao emprego dos 65.629.892 de empregados, 36.532.933 eram brancos e 28.124.189 negros e pardos. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm. Acesso em: 26/01/2007.

³ Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 35. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. Está é uma obra clássica que, na tentativa de positivar a imagem e participação do negro na formação da identidade nacional, diferente de autores renomados do final do século XIX,

como Raimundo Nina Rodrigues, constrói uma interpretação harmoniosa sobre as relações entre senhores e escravos, omitindo o conflito e a violência que nelas estiveram presentes.

⁴ Diversos trabalhos assinalam a política estatal brasileira de incentivo à imigração européia como parte de um projeto de nação idealizado por setores dominantes, em que o “branqueamento em um século” era a solução para eliminar o estigma da raça dita inferior e superar o pessimismo em relação ao futuro de uma nação mestiça, opção sustentada pelos teóricos do racismo científico. Sobre isso consultar: SCHWARCZ, Lilian M. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 e ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁵ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. O autor analisa as novas características dos movimentos sociais da década de 1970 que, em novos espaços políticos reelaboram questões da experiência cotidiana. Discute ainda as matrizes discursivas que buscavam interpretar o cotidiano popular e a partir dele constituir novas posturas políticas. São três matrizes básicas com diferentes concepções e incidência social: a das comunidades eclesiais de base, a de uma esquerda em crise e a do “novo sindicalismo”. Dentre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tem-se a organização da Pastoral do Negro em diversas cidades no início dos anos 80 do século XX.

⁶ MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. Carta de princípios do MNU. In: *1978-1988. 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo, 1988, p. 18.

⁷ Para saber mais sobre as tentativas dos órgãos públicos e de grupos das elites locais de ordenar o espaço urbano e excluir os sujeitos que destoam do projeto político de uma cidade ordeira, ver: MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social disciplinarizada – Uberlândia 1965-1980*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

⁸ As normas e proibições estabelecidas nos códigos de posturas de 1950 evidenciam a intolerância

também deu o tom da atuação de parcela dos afro-brasileiros, apesar das dificuldades encontradas como a segregação no mercado de trabalho nas décadas subseqüentes à abolição da escravatura, em que postos de trabalho agrícola, e depois industrial foram disputados por um intenso fluxo migratório de europeus⁴.

Assim percebemos ao longo da história brasileira inúmeras possibilidades para analisar a atuação histórica de homens e mulheres negras que lutaram com as armas possíveis e inventaram instrumentais de negociação e de defesa do conjunto de práticas que expressam os valores, as crenças e as expectativas desse grupo social. Nos anos 80 do século XX uma série de transformações, principalmente no cenário político e social brasileiro, colaborou para a visibilidade de outras formas de luta social. Para o sociólogo Éder Sader, este momento histórico marca a entrada de *novos personagens em cena*.⁵

O período chamado de “redemocratização” política é marcado pelo fim do regime militar em meio a pressões populares, a exemplo do movimento conhecido por “Diretas Já”, em que vários setores sociais reivindicavam para si o direito de escolha dos representantes políticos. É neste palco dos novos movimentos sociais que lutam por liberdade e justiça social que o desejo de igualdade de direitos e de representatividade política é partilhado ainda por outros personagens, com bandeiras bem específicas: as mulheres, os negros, os homossexuais e outros. Neste contexto diversos grupos de negros se organizaram por todo o país na tentativa de unir forças para mudar o quadro de *péssimas condições de vida e discriminação racial*, almejando, entre outras coisas, a *valorização da cultura negra e o combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção*.⁶

Em Uberlândia observamos tensões muito parecidas com aquelas que ocorreriam em âmbito nacional, resguardando, é claro, as especificidades das lutas e estratégias aqui construídas. Assim, determinadas condições históricas contribuiriam para a concretização de certas expectativas já existentes por parte de grupos aliados do poder. Foi no embalo da promessa nacional de democratização do país e no jogo das forças políticas locais que o candidato a prefeito ao final de 1982, Zaire Resende (PMDB), utilizou como slogan de campanha e promessa de governo o lema da *Democracia Participativa*, convidando a população a participar oficialmente da administração municipal.

Sem nos preocuparmos aqui se tais expectativas se realizaram, ou de que forma estas foram atendidas, interessa perceber como esse novo formato de gestão pública e os debates em nível nacional sobre a legitimidade dos direitos e da participação popular, entre outras motivações, deram fôlego aos anseios e projetos de grupos socialmente excluídos. O movimento negro uberlandense está entre eles e é parte da nossa análise neste artigo.

Ao longo desse texto trataremos de alguns sentidos e possibilidades para se pensar as ações do MONUVA – Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta, criado em 1983 e aqui concebido como representativo das ações do movimento negro local. Também compartilham do foco de nossa discussão as práticas culturais afro-brasileiras, como o carnaval e a congada, por sinalizarem maneiras, embora distintas, em que parte do segmento negro local se utiliza para lidar com as situações de desvalorização social, buscando reconhecimento e respeito.

Para tanto, o entrecruzar da imprensa local e das narrativas orais, fontes privilegiadas neste trabalho, enriquece a nossa interpretação por apontar sentidos e interesses diferenciados entre grupos sociais também distintos, que por diversas vezes se tencionam na construção cotidiana da realidade social, ainda que em condições desiguais.

Ao entrar em contato com parte da historiografia produzida sobre a cidade de Uberlândia entendemos que as especificidades de como se forjaram as relações sociais e de como se engendraram as intervenções dos poderes políticos nos espaços urbanos, ajuda-nos a compreender a realidade de segregação social e racial historicamente vivida por homens e mulheres negros nesta cidade.

A partir de alguns trabalhos⁷ identificamos como setores politicamente dominantes neste município perseguiram um ideal de higienização⁸ e civilidade, tra-

duzido principalmente nas políticas efetuadas pelos poderes públicos para esconder ou eliminar os pobres desta cidade, em especial das áreas centrais e espaços estratégicos para atração de investimentos. Nesse sentido, foi eficiente a política de especulação imobiliária para valorizar tais espaços e orientar a construção de casas populares nas regiões periféricas do mapa urbano, que não por acaso estão ausentes dos “cartões-postais” da cidade. Tal política é divulgada em eventos empresariais aqui sediados, no guia turístico da cidade, nas propagandas eleitorais de candidatos que utilizam a retórica do progresso e desenvolvimento econômico para conquistarem ou permanecerem no poder instituído.

Para além de um mero discurso sabemos que existiram práticas políticas que se nortearam no sentido de materializar as imagens que evocam a modernidade e o dinamismo desta cidade, apesar dos exageros e contradições de tais pronunciamentos. Contudo, o nosso questionamento se refere ao custo social dessas realizações, especialmente para os grupos que não usufruem do que é veiculado nos cartões-postais.

Assim, no seu trabalho sobre o cotidiano noturno na cidade de Uberlândia nos anos de 1940 a 1960, o historiador Júlio César de Oliveira aponta como a região da “baixa boêmia”, nomeação segundo alguns jornais locais, fora transferida para espaços localizados na então periferia do município. Tal mudança é compreendida como uma tentativa dos órgãos públicos de limpar das áreas de maior visibilidade urbana, os pontos de prostituição e as práticas de sociabilidade de negros e brancos pobres.

Também em sintonia com este projeto de cidade empreendido pelas elites políticas e empresariais, o qual excluía pobres, negros, prostitutas, entre outros grupos, estão as práticas identificadas como um processo de institucionalização da loucura, como forma de proibir o convívio social dos loucos. Conforme Raphael A. Ribeiro e Maria Clara T. Machado: *Antes de 1932, quando é fundado o Penate Allan Kardec em Uberlândia, as famílias que não abandonavam entes portadores de transtornos mentais à própria sorte tinham de trancafiá-los em casa – aliás, se isso não acontecesse, a família poderia sofrer sanções do poder público.*⁹

Além disso, outras pesquisas indicam a retirada de mendigos e imigrantes de espaços públicos¹⁰, assim como de menores abandonados encaminhados para instituições asilares, que na perspectiva aqui proposta funcionaram como lugar-abrigo para escamotear os problemas sociais que frações dos grupos dominantes não queriam resolver, mas precisavam, para se cumprir uma lógica social burguesa, livrar-se deles.

Contudo, sabemos que outras ações e projetos tencionaram tais intervenções, de modo a não assumi-las passivamente. Dessa forma, não obstante as proibições efetuadas por órgãos públicos a prática da mendicância e dos jogos de azar persistiram, assim como os negros, imigrantes e os demais pobres continuaram ocupando e conquistando seus espaços, demonstrando que outros projetos se fizeram presente na cena urbana.

Então, este é o lugar escolhido para problematizarmos as formas como homens e mulheres negros enfrentam a realidade de exclusão social e discriminação racial, que em outros tempos se dava de forma explícita, como a separação entre negros e brancos no Cine Theatro Uberlândia, no footing da avenida Afonso Pena, na praça Tubal Vilela, entres outros espaços que em meados do século XX marcaram a experiência de vida de negros e negras nesta cidade¹¹.

Certamente estas situações guardam relação, direta ou não, com a criação de vários movimentos negros que se organizaram nessa cidade. O Movimento Negro Visão Aberta (MONUVA) é socialmente reconhecido como o primeiro movimento negro de Uberlândia¹². De acordo com uma das fundadoras do grupo, Conceição Leal, *aqui era uma cidade de família, era quatro, cinco famílias que mandavam nessa cidade, era os Freitas, era os Resende e assim, com lideranças políticas (...)*, ela diz ainda que *tinha uma porção de folclore passando uma imagem (dos negros) negativa mesmo*¹³. Por isso, ao ser questionada sobre a linha de atuação do movimento, ela responde de modo enfático: *Política! Política, de de-*

rância para com os mendigos, *lazarentos*, ciganos, meretrizes, loucos, entre outros segmentos que poderiam contrastar com o modelo idealizado de “Cidade-Jardim”.

⁹ RIBEIRO, Raphael A. e MACHADO, Maria C. T. Almas enclausuradas: práticas de intervenção médica, obsessão e loucura no Sanatório Espírita de Uberlândia/MG (1932-1970). In: ISAIA, Artur C. (org). *Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea*. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 333.

¹⁰ Consultar: REIS, Eliane Campos dos. *“Apenas de passagem” – O migrante sob a mira das práticas assistenciais do Albergue Noturno Ramatis (1965-1980)*. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999.

¹¹ Essa alusão aparece em algumas entrevistas realizadas para esta pesquisa, como a do Sr. Olímpio Silva e também na de Conceição Leal. Outro trabalho que aborda essa segregação, ver: CARMO, Luiz Carlos. *Sinuosas Vivências: Famílias Negras em Uberlândia/MG (1945-1960)*. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 24, jan./jun. 2001.

¹² Sabemos que já nas décadas de 1920 e 1930 havia associações de negros, como o Clube Flor de Maio (1927); a Associação dos Homens de Cor e Legião Negra de Uberlândia, ambas organizadas em 1935, entre outras, que atuaram de diferentes maneiras pela valorização dos negros, na primeira metade do século XX.

¹³ Maria da Conceição Leal. Entrevista realizada no dia 14 de Agosto de 2007.

núncia, de... digamos assim, de arrebentar as portas mesmo, entendeu?¹⁴. É desse modo que ela estabelece a criação do MONUVA como um marco de mudança para a situação dos negros da cidade. Dentre várias afirmações que apontam esse sentido, ela diz:

Olha, nunca um negro tinha ganhado a medalha mais importante dessa cidade que era a Augusto César, em 1984 (...) na criação do MONUVA, só em 84, eu, a mãe Delfina, uma mãe de santo (...). Então, o quê que acontecia, ela (a vereadora Nilza Alves) entregou essa medalha pra mãe Delfina, uma mãe de santo, o Dr. Bethoven, o Sabará recebeu da mão da Olga Helena, o Dr. Sebastião Eurípedes, pra você ver, quatro negros, tanto que, na época, tinha empresários que recebeu a medalha e um deles não quis ir porque achou que era negro demais recebendo, entendeu?¹⁵

Em vários momentos da entrevista Conceição indica a necessidade de os negros se organizarem em movimentos políticos, ressaltando a experiência do MONUVA como instrumento legítimo para a conquista de alguns espaços, como a aceitação pública do valor e mérito de sujeitos negros, conforme simboliza a premiação que ela menciona.

A crença na via institucional, no caso o movimento negro, como meio de atender expectativas e necessidades de um grupo, provavelmente era compartilhada pelos militantes que compunham o grupo de trabalho desse movimento, pois se aproveitando de um governo que proclamava a participação dos setores aliados nas decisões políticas souberam trabalhar essa proposta ao seu favor.

Isso é observado nos diálogos que o MONUVA travou com a administração municipal de Zaire Resende para solicitações diversas, como ajuda financeira para as atividades comemorativas do Centenário da Abolição ou mesmo nas negociações pela doação de um terreno e posterior construção da Casa do Negro, local em que o grupo planejava desenvolver diversas atividades e lugar da atual sede. O movimento buscou naquela época alianças no poder legislativo, a exemplo da vereadora Olga Helena da Costa (PMDB) que fazia parte da diretoria do grupo e esta, talvez pela sua aproximação com a população mais pobre, teve sua atuação parlamentar com visibilidade garantida nos jornais pesquisados: Correio de Uberlândia e Primeira Hora.

Ver as ações da peemedebista Olga Helena e seus correligionários nas páginas do Primeira Hora não nos surpreende, afinal, esse jornal foi criado em 1982 com objetivo claro de promover a candidatura do então prefeito eleito e do grupo político em questão. Todavia, se a maior frequência de notícias no jornal Correio de Uberlândia sobre o trabalho desta vereadora em favor da comunidade negra, assim como a mobilização de outros segmentos socialmente excluídos, soa-nos, a princípio, estranho, faz-se necessário alguns esclarecimentos.

O segundo jornal pertence atualmente a um dos grupos econômicos mais prósperos do município, o grupo ALGAR, que domina vários meios de comunicação em Uberlândia. Ao acompanhar as suas páginas diárias no período pesquisado (1983-2000) identifica-se que este jornal, também uma empresa, é porta-voz dos interesses tanto de grupos economicamente hegemônicos na cidade, quanto de setores políticos que se mantiveram nos poderes públicos por muito tempo e cuja atuação esteve comprometida com o proveito de parcelas da elite regional.

Percebemos isso na forma elogiosa e defensora com a qual apresenta os interesses dos seus principais interlocutores: os grupos já mencionados. Então, a partir da análise de como o jornal constrói as suas narrativas constatamos a forma como este veículo nomeia e qualifica os diferentes sujeitos que vivem na cidade, fazendo sobressair alguns e silenciando outros. No período investigado encontramos diversas reportagens no Correio de Uberlândia que descaracterizam as práticas sociais dos negros aqui residentes, conforme publicação destacada em capa do dia 16 de maio de 1989: *Doméstica assassinada em tenda de Umbanda*, e continuação na página policial com o seguinte título: *Polícia encontra corpo de mulher em tenda de Umbanda*.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

Nesse caso, a escolha do local – capa – e do formato gráfico da reportagem – letras garrafais e em negrito não nos parece algo sem propósito. Como dito antes, este meio de comunicação é uma empresa com interesses de mercado e *não se pode ignorar que (...) o jornal capta os interesses do leitor e os trabalha de acordo com os objetivos e interesses da própria empresa jornalística.*¹⁶

Na leitura da reportagem deste jornal não se confirma a sugestão proposta em seu enunciado de que a mulher teria sido morta em ritual da religião Umbanda, porém, de maneira indireta reafirmam-se as concepções sociais vigentes em frações da sociedade de que as religiões de matriz africana são práticas satânicas e, portanto, devem ser combatidas. Assim, este periódico legitima seus posicionamentos que, como tantos outros exemplos se revelam criminalizadores das práticas culturais e modos de vida comumente identificados à população negra. Não nos detemos aqui a apresentar tais construções publicizadas no jornal em diferentes épocas, mas sim em mostrar como um conjunto de mudanças colaborou para novas abordagens no Correio de Uberlândia.

Já dissemos que a década de 1980 é conhecida pela efervescência de movimentos sociais e grupos identitários que reclamavam igualdade de direitos e respeito social. Aqui em Uberlândia, com a derrota do grupo político estreitamente ligado ao jornal Correio e a ascensão ao poder de seus adversários, vivenciou-se uma experiência política de reconhecimento das necessidades e reivindicações das classes populares, ao menos no nível do discurso e do diálogo com estes.

Neste viés visualizamos algumas mudanças pontuais neste periódico como forma, talvez, deste se afinar ao poder e ao momento histórico em que se vivia. Afinal, o projeto político posto em prática pela gestão Zaire Rezende não encerrava antagonismos com o modelo empreendido pelos interlocutores políticos do Correio de Uberlândia. Este, segundo Carlos M. S. Santos, buscou uma aproximação com os novos representantes do município pouco depois das eleições.

É nesse sentido que interpretamos a notoriedade que a ex-legisladora Olga Helena da Costa e a sua defesa da comunidade negra obtiveram neste jornal, com maior realce inclusive em relação ao jornal do PMDB: o Primeira Hora. Essas alterações, que de modo algum foram contínuas ou modificadoras da posição política deste jornal, também traduzem as pressões efetuadas por homens e mulheres negros, assim como outros segmentos excluídos, em busca de sua inclusão e valorização social.

Então, inspirando-se ou apropriando-se da maneira inovadora com que o novo governo se relacionava com a população e com o intuito de manter sintonia com o grupo do poder, este jornal veicula as ações de alguns movimentos populares. Contudo, em outros momentos, de forma astuta, este jornal denuncia os problemas vividos pelos negros e por outros sujeitos pobres e assim, questiona o modelo de gestão vigente naquele tempo histórico, reafirmando a sua afinidade com os partidários do ex-prefeito Virgílio Galassi. Tal fato acontece principalmente quando se percebe uma crise naquela administração, desencadeada por sujeitos sociais cujas expectativas não foram atendidas.

Várias matérias trataram da formação do MONUVA e sua posterior atuação, muitas vezes, associada à imagem da vereadora negra Olga Helena. Em um limite tênue, este meio de comunicação ensaiava tocar nos problemas sociais enfrentados pelos negros. É o que se observa no texto intitulado *Olga Helena representou Movimento Negro em Uberaba*:

*A vereadora Olga Helena da Costa estava na última segunda-feira em Uberaba, quando do lançamento da Assembléia Nacional Constituinte, que contou com a presença de inúmeras autoridades, inclusive do Ministro Fernando Lira, da Justiça. Na oportunidade, ela disse: "é oportuna e necessária a presença afirmativa do Movimento Negro Unificado, ao qual muito me honra pertencer como professora e vereadora, mas sobretudo como brasileira, comprometida com os ideais do PMDB e de toda a Nação."*¹⁷

¹⁶ CAPELATO, Maria Helena. Imprensa, uma mercadoria política. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 04 jan./jun. 19, 1999, p. 138.

¹⁷ OLGA Helena representou Movimento Negro em Uberaba. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 15 mai. 1985, p. 02.

Este trecho, principalmente a fala da vereadora permite-nos analisar uma noção difundida entre muitos grupos sociais naquele tempo histórico. Diz respeito à importância e lugar conquistados pelos diversos movimentos sociais, a exemplo da participação de organizações de negros, mulheres, entre outros, nos debates acerca da nova constituição brasileira e na luta por uma legislação que os representasse. Nessa lógica, Olga atribui como *oportuna e necessária* a participação do Movimento Negro Unificado nas discussões e declara o seu vínculo com este enquanto *professora e vereadora*, e mais, *comprometida com os ideais do PMDB*. De acordo com as declarações enunciadas por Costa no trecho acima e em entrevista concedida para este trabalho, ela não demonstra um envolvimento de militância em movimentos negros, pelo contrário, em relação ao MONUVA, entidade em que ela aparece nos jornais, Correio e Primeira Hora, como sua representante no legislativo, ela demonstra certo distanciamento.

Ao ser questionada sobre o processo de fundação do MONUVA, quais eram as principais bandeiras e motivações do movimento, bem como se deu a atuação deste, Olga diz que o MONUVA já vinha trabalhando antes dela:

Entrevistadora: De que forma?

Olga: Ah, reunia a comunidade negra...

Entrevistadora: Não com o nome de MONUVA?

Olga: Não com o nome de MONUVA, né, e movimento negro. Então eu até nem participava eu já tinha ido em uma, duas reuniões e...mas eu já não...

Entrevistadora: Foi um pouco depois da formação do MONUVA que você entrou? Foi logo no início, mas um pouco depois da criação?

Olga: Eles vinham batalhando antes de mim, cê tá entendendo? Eu faço parte do MONUVA porque eu trabalhei junto com eles, sabe, briguei por eles.

Entrevistadora: Pelo lugar que você ocupava?

Olga: É. Mas quem criou não fui eu, foram eles mesmos, nasceu deles do próprio movimento.¹⁸

Portanto, Olga Helena mostra uma atuação exterior à constituição e discussões internas do próprio movimento, o que nos leva a pensar que o trabalho que executou em favor deste certamente se deve mais ao seu comprometimento com os *ideais do PMDB* do que a um envolvimento pessoal e anterior com essas lutas. Na entrevista, ela diz ainda:

Agora eu acho que eu era uma formiga ali, certo? Porque eles eram os importantes, porque eles que criaram, não fui eu, é muito importante falar isso, sabe? Então, eu acho que eu era um instrumento porque eu estava no poder, eu fui um instrumento, mas eles já vinham com a bandeira também, sabe? Eu abracei a bandeira do movimento, é isso aí.¹⁹

Disso, inferimos ainda que se o grupo peemedebista soube apropriar-se das lutas sociais e transformá-las em bandeiras eleitorais e depois, governistas, por outro lado, os setores que foram alvo dessa proposição também souberam realizar o movimento inverso, valendo-se dos representantes do povo para atingir seus interesses e necessidades. Então, quando Olga Helena relembra a sua atuação política dizendo: *nós fizemos um trabalho de bairro em bairro, sabe? Ouvir o que o povo tinha a dizer, então foi a turma do Zaire que começou, ensinamos o povo a cobrar²⁰*, percebemos que o povo já conhecia essa lição.

O Jornal Primeira Hora circulou entre os anos de 1982 e 1988, período da Administração Zaire, e na pesquisa efetuada neste intervalo constatamos a visibilidade dada às práticas sociais e as lutas das camadas mais pobres da sociedade. Como exemplo selecionamos o trecho da reportagem a seguir:

No Brasil, o negro é colocado em segundo plano pela sociedade, que na maioria das vezes lhe fecha as portas, evidenciando um racismo encoberto, que é pior do que nos Estados Unidos ou na África do Sul, pois sendo assim não temos respal-

¹⁸ Olga Helena da Costa. Entrevista realizada no dia 11 de Agosto de 2007.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

*do legal para lutar contra a discriminação. Em Uberlândia, com a Administração Zaire Resende, o negro está conquistando o espaço pelo qual vem lutando há décadas". A afirmação é de lideranças do MONUVA –Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta, que estiveram reunidas ontem, segunda-feira com o prefeito Zaire Resende, no Gabinete da Prefeitura para estudar o projeto de construção da Casa do Negro e entregar o projeto das programações do Centenário da Abolição da Escravatura, em 88.(...)*²¹

A matéria expõe as angústias manifestadas por integrantes do MONUVA, que as colocam como representativas de grande parte dos homens e mulheres negros no Brasil. Não é preciso esforço para identificar o interesse do jornal em promover o grupo ao qual está vinculado, reafirmando os ideais de democracia e participação popular, pois o prefeito recebe em seu gabinete representantes do movimento negro e segundo a própria narrativa do jornal, *para estudar seus projetos, sugerindo sutilmente que estes serão de alguma forma contemplados.*

Estes projetos traduziam os objetivos do MONUVA, que igualmente podem ser os de tantos outros negros uberlandenses, isto é, a conquista de um espaço para a realização de atividades que possibilitassem, entre outras coisas, o *direito pleno de cidadania através da valorização, conscientização e auto-estima das crianças e jovens carentes (a periferia é onde se encontra a maioria da população negra).*²²

Se esse foi o meio escolhido por essa agremiação do movimento negro local para atingir suas aspirações, outros caminhos a partir de outros espaços também foram utilizados para a realização de anseios compartilhados. Nesse sentido, o carnaval de rua e a congada em Uberlândia indicam possibilidades de inserção dos negros nos espaços urbanos e em uma rede de relações distintas, com os poderes municipais, as mídias impressa e televisiva, os demais moradores da cidade, entre outros. No imbricamento dessas relações são tecidos acordos, trocas e não raras vezes o conflito permeia essa trama que compõe a realidade social.

Assim, nos dias da festa oficial ternos de congado saem de diferentes bairros: São Jorge, Presidente Roosevelt, Dom Almir, entre outros, em direção à Igreja Nossa Senhora do Rosário, região central de Uberlândia. Esse percurso que se dá pela caminhada de homens e mulheres negros ocupando diversos lugares por toda a cidade culmina na Praça Rui Barbosa. Nestas mediações se vê moradias e locais de entretenimento de frações das elites locais, e na interpretação aqui construída este caminho expressa, entre outras coisas, a luta destes negros pelo seu pertencimento à cidade.

Nessa perspectiva, esse trajeto se confunde com a trajetória de vida desses sujeitos sociais, pelo caráter de resistência que a congada assume por séculos de existência marcando o ritmo de seus passos, e de suas vidas. Muitos participantes narram as dificuldades encontradas neste deslocamento, desde o desrespeito de motoristas até de pessoas que ainda manifestam palavras de deboche. Todavia, eles continuam, fazendo-se presentes nas ruas de Uberlândia. E os sons e batuques de congadeiros, moçambiqueiros, marujos e catupês, ao mesmo tempo em que se traduzem em incômodo para muitos, revela um grito que disputa espaço e reconhecimento, como se dissesse: "estou aqui, sou negro e essa cidade também me pertence!"

²¹ MONUVA apresenta projetos à Zaire. *Jornal Primeira Hora*, Uberlândia, 22 dez. 1987, p. 07.

²² Este trecho é um dos objetivos listados no projeto *Cultura, o caminho para integração*, elaborado pelo MONUVA e enviado à Prefeitura Municipal de Uberlândia no ano de 2000.



Foto tirada por Fernanda Ferreira Cardoso. Terno Camisa Rosa de Ituiutaba. Uberlândia/MG, 2003.

Deste modo, acreditamos que a congada esteja presente na vida dos sujeitos envolvidos ao longo de todo o ano e não apenas na fase destinada à festa oficial. Está presente na relação com o trabalho, quando um congadeiro desempregado faz promessa à Nossa Senhora do Rosário para conseguir um emprego, está na economia efetuada ao longo de um tempo para assegurar uma indumentária para o cortejo religioso, está nas relações de solidariedade ou rivalidade que são estabelecidas no contexto da congada, a exemplo da tensa relação que muitos participantes possuem com a diretoria da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Essa diversidade de desdobramentos que permeia as celebrações em torno da congada é relatada por Antônia Aparecida Rosa, que é ao mesmo tempo responsável pelo terno Marinheiro de Nossa Senhora do Rosário e presidente da Associação das Escolas de Samba – ASSOSAMBA. Sobre atividades relativas à congada ela comenta:

*(...) Então assim, aí cada terno mandou a proposta e todos que mandaram foram aprovados duas propostas de cada um pra ter o acompanhamento, a parceria da Secretaria de Cultura. Então os nossos projetos eles são todos assim bem gerais, não é só voltado pra questão do congado, de como bater congo, entendeu? Por exemplo, o Marinheiro, um projeto da gente que foi aprovado é o coral porque assim é um desejo imenso (entusiasmo na voz) da responsável pelo grupo de montar um coral, porque eu acho lindo as meninas chegando na porta da igreja cantando e eu acho que ficaria mais bonito ainda, tendo a oportunidade delas “profissionalizar” esse canto e a gente poder participar de missas em outros lugares (entusiasmo na voz), pra elas conhecerem outros espaços pra poder tá apresentando e até isso eu acredito que trabalha com a auto-estima da pessoa, sabe? A gente apresentou uma vez, a gente começou a montar, montou um meio sem muita técnica, mas assim, eu senti a alegria delas de estarem em destaque num espaço, todo mundo olhando, sabe?*²³

Neste depoimento é possível observar não só a parceria política com o poder público municipal, mas também a diversidade de ações em torno da festa religiosa que permeia o ano todo. Mais que isso, faz-se necessário pontuar que Antônia participa do carnaval, da congada, e do Grupo de Consciência Negra (GRUCON), a exemplo de tantos outros sujeitos que ao transitarem em espaços de organização política e de práticas culturais intercambiam experiências e estabelecem um diálogo entre as diferentes maneiras de buscar objetivos comuns.

Ainda pela narrativa de Antônia percebemos como as ações que se desenvolvem a partir da experiência de um grupo de congadeiros, a qual, conforme ela sugere não se limita aos aspectos formais da festa, mas também evidencia as

²³ Antônia Aparecida Rosa. Entrevista realizada no dia 19 de Janeiro de 2008.

táticas dos anônimos para conquistar espaço e reconhecimento por parte do outro, *de estarem em destaque num espaço e todo mundo olhando*. Tal afirmação vai de encontro com os anseios do MONUVA expressos em projeto enviado à prefeitura, que se justifica pela *valorização e auto-estima das crianças e jovens carentes*, alertando que grande parte destes são negros. Neste viés, apontam para uma convergência de interesses de sujeitos que sofrem o mesmo processo de exclusão social, mas utilizam de instrumentos de luta diferenciados.

Na mesma direção vai a interpretação de Luis C. do Carmo ao refletir sobre a atuação história de homens e mulheres negros em um conjunto de cidades no interior de Minas Gerais, alertando para os estudos de práticas culturais que desconsideram as posições políticas e de conflito social. Para este historiador:

Na continuidade deste processo, que esconde uma política liberal ultrajante, alguns exercícios interpretativos procuram os possíveis círculos de idas e vindas das distintas modulações culturais, garimpam os resquícios que migraram de um grupo ao outro, e finalmente esvaziam, despotencializam as ações, enfim despolitizam a questão, os embates, as tentativas de dominação e procuram enxergar a simetria circular das classes, quase sempre apenas na cultura.²⁴

Ao considerarmos nesse debate os significados que homens e mulheres negros atribuem ao carnaval e à congada, estes são por nós examinados como espaços privilegiados para compreender como tais atores sociais reelaboram a experiência de desqualificação e as tentativas de enquadramento desses sujeitos em determinados postos e situações socialmente desvalorizadas. Estas construções são realimentadas em produções televisivas, na mídia imprensa local, quando silenciam ou descaracterizam suas práticas sociais, além de brincadeiras e afirmações que frequentemente são enunciadas por membros de diferentes segmentos sociais. Dessa forma, quando Antônia explica sobre o papel da ASSOSAMBA ela analisa que:

(...) o carnaval de rua de Uberlândia é um carnaval de resistência, porque se a gente enquanto associação, enquanto os presidentes das escolas não fossem tão resistentes, o carnaval de rua não existia mais, né? Existe um propósito muito grande de transformar o carnaval de rua, o carnaval de Uberlândia, em um carnaval semelhante ao de Campina Verde, isso é nítido, notório pra toda a sociedade.²⁵

Conforme interpretação da representante das escolas de samba junto ao poder municipal, há interesses em transformar as comemorações do carnaval uberlandense em um evento turístico e comercial, o que beneficiaria os setores empresariais da cidade, podendo contar ainda com um público diferenciado do atual: negros e brancos pobres. Porém, como ela argumenta em outros momentos da entrevista, o carnaval é parte constitutiva da cultura negra, especialmente quando protagonizam a sua realização e seus preparativos, entre eles a negociação com a prefeitura sobre o valor da subvenção, a confecção de fantasias e carros alegóricos para o desfile, e não aceitam que suas práticas culturais sejam folclorizadas para fins econômicos.

Como se sabe a fração dos cofres públicos municipais que se destina ao carnaval popular é insuficiente para sua realização a contento. Por isso, muitos carnavalescos se valem de outras táticas para incrementar a sua escola de samba, como os acordos que são, muitas vezes, ardilmente estabelecidos. Inspira-nos nessa análise o Sr. Olímpio Silva, conhecido como Pai-Nêgo, um dos carnavalescos mais antigos da cidade e presidente da Escola de Samba Unidos do Chatão.

Este senhor conquistou receptividade em diversos espaços, inclusive nos gabinetes de alguns vereadores e deputados, ou mesmo nas secretarias municipais, lugares onde circula para obter ganhos para sua escola de samba. Dentre os frutos colhidos destacam-se a doação de um terreno para construção da quadra da escola e o certificado de utilidade pública, em nível municipal e estadual, para esta agremiação de samba.

²⁴ CARMO, Luiz C. A produção do conhecimento, a fonte oral, a memória e o direito a História: as populações negras e suas práticas sociais em algumas cidades do Brasil Central. *Revista Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 08, jan./jun. 2006, p. 69.

²⁵ Idem.

Atualmente, conforme declarou este senhor e apresentou ofício protocolado no Ministério da Justiça, está articulando o pedido de utilidade pública federal com o apoio do deputado federal Gilmar Machado (PT/MG). Durante a entrevista Pai-Nêgo afirma que ele e seus familiares sempre votaram nos políticos da direita, que não tinham afinidade com o pessoal do PT, que segundo ele era muito *brigalhão*. Mas, ao construir a sua interpretação sobre o seu processo vivido Pai-Nêgo fala que o deputado o ajudava com a doação de foguetes para a Unidos do Chatão a partir de pedidos de duas integrantes da diretoria da sua entidade que eram petistas. Dessa forma ele examina:

Ele sabia que a minha família, nós tudo não tinha nada a ver com o Gilmar. A gente sempre foi à direita, nós nunca fomos esquerda, mas ele ajudava... Nós é amigo papapá, nossa senhora. Aí eu cheguei a uma conclusão que eu precisava ajudar o Gilmar Machado, ele me convidou então eu falei: "Gilmar, dá pra você ajudar a minha escola... família, você já ajudou sem eu..." "Aí nós vestimos a camisa dele, nós votamos tudo nele, a família Chatão, todo mundo, cê entende? E ele é muito bom, deu uma forcinha agora, aquela parte do foguete, aquela ajuda mínima, cê entende? (...) ele se prontificou em ajudar a escola, profissionalizar a escola de samba, então eu estou aguardando agora.... Desde 2005 que eu levei uns papéis pra por utilidade pública federal, eu tenho estadual e municipal, falta o resto pra eu entrar com os meus projetos..."²⁶

Evidencia-se neste trecho como o carnavalesco, que sempre atuou na promoção de bailes e concursos de Beleza Negra, espaços que congregaram parte da comunidade negra local e motivos de orgulho para ele, também articulou alianças políticas para atender as suas necessidades e interesses. Ainda chama atenção a maneira como ele inverte uma suposta lógica das relações firmadas, pois coloca o deputado como alguém que precisa dele e de seus familiares, ao dizer que chegou a conclusão que precisava ajudar o Gilmar Machado. Diga-se de passagem, a família Chatão é considerada a maior família negra de Uberlândia, figurando provavelmente como moeda de troca (votos) nas negociações empreendidas por Pai-Nêgo com os políticos locais. O peso desse contingente familiar fica implícito quando ele marca o momento de aliança como este parlamentar, concluindo: *aí nós vestimos a camisa dele, nós votamos tudo nele, a família Chatão, todo mundo, cê entende?*

Por outro lado, verificamos que Pai-Nêgo joga com as possibilidades que se apresentam à ele, uma vez que, mesmo sendo partidário de setores de direita, noção que certamente apropria dos diversos lugares que frequenta, não hesitou em combinar votos com um outro grupo, a medida que desta parceria resultasse algum proveito para a escola de samba que dirige. Quando diz que sempre votou nos candidatos vinculados ao grupo de direita, em geral comprometidos com os interesses de setores dominantes, é possível que isso se deva a uma experiência de reconhecimento do outro como igual, que supostamente conseguira com alguns nomes de notoriedade pública. Isso é percebido quando ele relembra uma de suas idas à prefeitura para obter algum auxílio nas obras de calçamento da quadra da escola de samba, sendo na oportunidade orientado por um assessor a escrever uma carta. Quanto a isso o depoente continua:

E não tive resposta dessa carta, lá é difícil (risos) e eu sou amigo dele, amigo!

Entrevistadora: Dos assessores?

Pai-Nêgo: Não! Do próprio Odelmo! Eu trabalhava com o tio dele, eu não tô falando pra você quando a primeira vez que ele candidatou desde quando ele candidatou eu sempre fui Odelmo, o tio dele me pediu ajuda.

Entrevistadora: Quem era o tio dele?

*Pai-Nêgo: Era o Dr. Odelmo, o maior médico de criança aqui de Uberlândia, ele olhava meus filhos tudo não me cobrava nada, era uma gracinha o Dr. Odelmo, você precisa de ver, é tio dela.*²⁷

²⁶ Olímpio Silva. Entrevista realizada dia 24 de julho de 2007.

²⁷ Idem.

Pai-Nêgo ao mostrar a sua proximidade com o atual prefeito de Uberlândia desconsidera o contraste que revela o lugar social ocupado por ambos, marcado pelas desigualdades econômicas e sociais que historicamente caracterizou estes grupos distintos: o primeiro de uma família pobre e negra e o segundo vinculado aos setores tradicionalmente dirigentes nesta cidade. Mas ao silenciar sobre essa oposição e reafirmar a sua amizade o carnavalesco pode tanto estar compartilhando suas experiências e trânsitos na política uberlandense, como também pode estar construindo a imagem de alguém importante, que se relaciona com pessoas de reconhecido prestígio social.

Contemplamos neste trabalho diferentes caminhos e instrumentais que revelam lutas e inserções de negros e negras para usufruírem como moradores dessa cidade dos espaços urbanos, que são de todos, e assim deixar a marca de sua cultura, composta por um mosaico de formas e significados diversos.

Dessa maneira, pensamos as práticas culturais negras, como o carnaval e a congada como possibilidades do fazer-se negro e sujeito social na cidade onde mora, a partir das múltiplas relações estabelecidas por meio dessas práticas. Estas envolvem os poderes públicos, a imprensa local, os moradores da cidade e a própria comunidade negra no seu cotidiano de solidariedade no interior dos seus grupos, mas também de intrigas pessoais.

Compreendemos que os movimentos instituídos são espaços fundamentais para a luta por diferentes projetos sociais, no caso aqui analisado a inclusão sócio-econômica e a valorização social dos sujeitos negros. Contudo, este não é o único caminho possível para a concretização de tais anseios, considerando que em ambas as atuações – movimento negro e práticas culturais – se mesclam situações de conformidade e resistência e, por vezes, os interesses individuais se sobrepõem aos coletivos, mas esse é outro capítulo dessa história...

Contribuição recebida em 15.05.2008 e aprovada em 27.06.2008.